



GESTÃO DA POLUIÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHAS E COSTEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Navi, S. M. F. ¹
Abessa, D. M. de S. ²



¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

INTRODUÇÃO

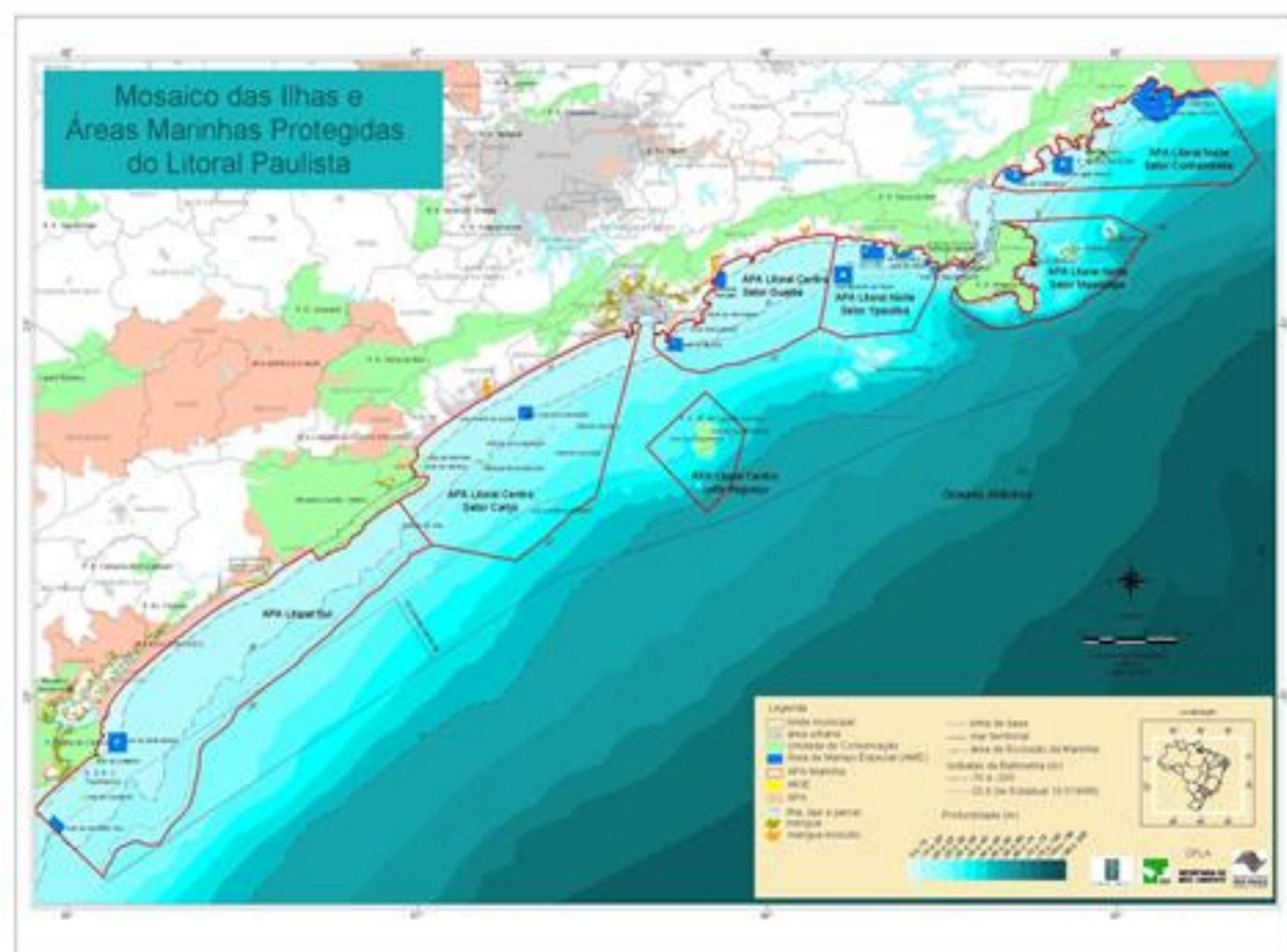
O Brasil possui vasto litoral, abrigando grande biodiversidade. O litoral do Estado de São Paulo se insere nos biomas marinhos e da mata atlântica, e é considerado um *hotspot* de biodiversidade, sendo uma área extremamente sensível aos impactos antrópicos.

Por esse motivo, abriga várias Unidades de Conservação (UC), embora sofra pressões e ameaças das múltiplas atividades humanas desenvolvidas na zona costeira, das quais destacam-se as diferentes formas de poluição aquática.

Este projeto visou analisar as estratégias de prevenção e gestão da poluição nas UC marinhas e costeiras de SP, por meio de revisão de informações disponíveis nos planos de manejo e artigos científicos. Buscou-se também identificar lacunas de conhecimento, visando propor estratégias efetivas para cobri-las.

Quanto ao monitoramento e fiscalização da poluição, 6 UC já possuíam programas de monitoramento dos poluentes (voltados majoritariamente para PP-APD), porém todas as ações foram temporárias ou pontuais, sem uma continuidade; e 10 UC relataram precariedade em seus programas de fiscalização, onde nenhum é focado especificamente na poluição. Nenhuma das UC dispõe de planos de emergência específicos para poluição em seus territórios.

A maior parte da ineficiência das ações de diagnóstico, monitoramento e fiscalização é atribuída às limitações financeiras, de recursos humanos, estruturais e logísticos, que deixam lacunas institucionais na gestão, impedindo que os objetivos sejam cumpridos.



METODOLOGIA

O método utilizado consistiu na análise dos planos de manejo (quando existentes) de 20 UC marinhas e costeiras de SP, focando na poluição marinha, mais especificamente na poluição por resíduos sólidos, Petrechos de Pesca Abandonados, Perdidos ou Descartados (PP-APD), contaminação por esgoto e óleo, bem como a análise da literatura relacionada. As informações foram analisadas qualitativamente para cada subtema, aplicando-se o modelo Pressão-Estado-Resposta (PER), permitindo a comparação entre as UC e a identificação de pontos em comum.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 20 UC analisadas, 5 não possuem plano de manejo; das 15 que possuem, todas citaram a poluição como possível fonte de ameaças à conservação ambiental. Em 18 UC foi relatada a presença de algum tipo de poluição (resíduos sólidos, PP-APD, esgoto, óleo), porém somente 4 realizaram algum diagnóstico da poluição encontrada, com análise feita pela própria gestão da UC. Apesar de todas as UC com planos de manejo citarem a poluição como um aspecto relevante, não há aprofundamento das análises, apresentando informações genéricas.

UC	Pressão	Estado		Resposta		
	Indicação de possíveis fontes de poluição	Presença de poluição	Planos de manejo com diagnóstico	Monitoramento	Fiscalização	Planos de emergência
UC Proteção Integral						
ESEC Jureia-Itatins	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
ESEC dos Tupiniquins	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
ESEC Tupinambás	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
PE da Ilha Anchieta	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
PE de Ilhabela	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
PE do Itinguçu	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
PE do Prelado	Não	Não	Não	Não	Não	Não
PE Xixová-Japuí	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
PEM da Laje de Santos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
PE Restinga de Bertoga	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
RVS Arquipélago de Alcatrazes	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
UC Uso Sustentável						
APA Cananéia-Iguape-Peruibe	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
APA Ilha Comprida	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
APAM Litoral Centro	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
APAM Litoral Norte	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
APAM Litoral Sul	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
ARIE do Guará	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
ARIE Ilhas da Queimada Pequena e Queimada Grande	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
ARIE de São Sebastião	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
RDS Barra do Una	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

CONCLUSÃO

De modo geral, as UC analisadas, em sua gestão e planejamento, dão pouca importância à poluição, pois os planos geralmente dão mais ênfase à pesca e ao uso público. Entretanto, é possível que ocorra poluição nestas áreas, a partir de diferentes fontes, com potenciais implicações sobre a fauna e flora.

É necessário reforçar os estudos e monitoramentos sobre poluição nas UC, em parceria com centros de pesquisa e a CETESB. Também é importante desenvolver planos locais de contingência, atuar sobre os licenciamentos de atividades poluidoras, assim como criar mecanismos de comunicação e educação, visando controlar as fontes.